

## POLÍTICAS E TEMAS ESPECIAIS

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Integração Sul-Americana

Política Externa

Mar, Zona Costeira e Antártida

Política Nacional de Defesa

Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

## DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento a partir de transformações que alteraram positivamente o curso de nossa trajetória recente. A combinação entre crescimento econômico, elevação da renda dos mais pobres e ampliação das oportunidades de emprego, educação e acesso aos demais serviços públicos criou as condições para um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Os indicadores das condições socioeconômicas dos brasileiros confirmam esse panorama e informam dados exuberantes se comparados com trajetórias anteriores, superando a estagnação que marcou o país nas últimas décadas do século passado.

O fortalecimento do Estado é um dos pilares dessa estratégia, e o aprofundamento deste cenário de desenvolvimento com redução das desigualdades, em especial o compromisso de erradicar a extrema pobreza, requer um Estado indutor e promotor das mudanças a partir de políticas públicas construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

Para tanto, é fundamental qualificar o debate sobre a gestão pública e concebê-la a partir da perspectiva que cria as condições objetivas e institucionais para a execução das políticas públicas, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar a escala das entregas do governo. Significa que o trabalho de recuperar a capacidade do Estado para a implementação das políticas, aliado a todo o esforço que foi feito recentemente como no caso do PAC, ainda é um desafio. Particularmente, é preciso fortalecer a relação federativa por meio da criação e valorização de mecanismos de cooperação entre os entes, de forma a ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado.

A dimensão da gestão, portanto, deve dialogar com a elaboração de uma arquitetura institucional capaz de construir e reforçar os canais que possibilitem atender o cidadão, tal como o arranjo desenvolvido no Bolsa Família. Para isso, é fundamental rever os marcos conceituais e legais relacionados à função pública visto que há um esgotamento do atual modelo de ação estatal, fato que gera dificuldades para a ação ágil e com qualidade no atendimento às demandas sociais e do mercado, prejudicando, em especial, os entes e populações mais vulneráveis. Nesses termos, é preciso que tanto a gestão quanto o controle trabalhem a partir do conceito de equidade.

Para tanto, é fundamental a produção e utilização de informações de qualidade com vistas a subsidiar o planejamento e a gestão das políticas públicas de forma a orientar as intervenções capazes de promover a alocação equânime, integrada e eficiente dos recursos. O investimento na capacidade de produção e tratamento das informações associado às soluções e inovações em gestão, como foi o recente caso do fim das filas da Previdência, são políticas essenciais para maximizar a utilização dos recursos públicos.

Deve-se fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão de irregularidades com o intuito de colaborar na correção de eventuais fragilidades que possam comprometer a implementação das políticas, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

No mesmo sentido, é fundamental que o Estado disponha de assessoramento jurídico adequado de forma a exercer sua missão com segurança jurídica e respeito ao Estado Democrático de Direito. Diante do atual mosaico de regulamentos que pautam a ação do Estado, é fundamental que a intervenção jurídica consultiva e contenciosa que representa o Estado brasileiro esteja orientada, em especial, pelo princípio da eficiência.

Nenhum Estado realizará sua missão adequadamente sem agentes públicos valorizados. O servidor é o Estado em ação e, por isso, é preciso garantir que o trabalho seja realizado com excelência. Para tanto, é necessário democratizar as relações de trabalho e aperfeiçoar a gestão de pessoas, ações indispensáveis para a valorização do servidor público e a prestação de serviços com qualidade.

Outro requisito para a qualificação da ação pública é o diálogo e a articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil. Por isso, é preciso fortalecer os instrumentos de transparência e participação social, valorizar as novas formas de comunicação com a sociedade e ampliar os canais de participação de entidades representativas legítimas no cotidiano do Estado. Ao tornar possível que os diferentes grupos de interesse vocalizem suas demandas no interior do aparato estatal, as instituições participativas permitem, também, tornar o processo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Os desafios do País para os próximos anos não são poucos, e as transformações sociais exigem cada vez mais do Estado a garantia do bem-estar de todos. Para superar esses desafios é indispensável dotar o Estado de mecanismos para a busca contínua da qualidade do gasto, de forma que ele esteja apto a promover e induzir a entrega de bens e serviços à sociedade, consolidando o cenário virtuoso que se anuncia no Brasil do início do século XXI, além de gerar mais e melhores oportunidades a toda população.

## **GESTÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Nos últimos anos, a política econômica voltou-se para a promoção do crescimento sustentado, com inclusão social e redução das disparidades sociais e regionais. A orientação para o desenvolvimento promoveu o aumento da demanda interna e da massa de rendimentos reais, com expansão do mercado interno e inclusão de novos consumidores, fatores decisivos para a queda da desigualdade.

Houve, simultaneamente, melhoria na composição das despesas públicas, com elevação da participação dos investimentos e das transferências de renda às famílias, ampliação do grau de formalização da economia, queda da taxa de desemprego e persistente política de valorização do salário mínimo. Tais resultados são conseqüência do efeito multiplicador do crescimento orientado para a melhoria das condições de vida, sobretudo dos mais pobres.

No cenário econômico internacional, a crescente importância do Brasil no cenário geopolítico têm demandado participação cada vez mais significativa do País nos fóruns decisórios mundiais, fato que permite a vocalização de demandas direcionadas à promoção da igualdade e democratização mundial das oportunidades.

Entretanto, apesar dos avanços recentes há uma parcela significativa da população brasileira excluída, de modo que se convive com níveis alarmantes de desigualdade. O país ainda enfrenta desafios consideráveis para prover ou garantir a fruição de direitos sociais básicos, especialmente, neste caso, o direito ao emprego. Por isso, é fundamental erradicar a miséria por meio da combinação de políticas de garantia de renda com ações de promoção do desenvolvimento econômico com vistas à geração de empregos.

Parte dessa estratégia é a expansão das taxas de investimentos produtivos, com estabilidade dos preços. Buscar-se-á, também, induzir o crescimento de longo prazo, com ampliação dos investimentos de 18,4% do PIB, em 2010, para mais de 23% do PIB em 2015, o que elevará a taxa média de crescimento do PIB acima de 5% ao ano. Visando ao estímulo do crescimento sustentado e à preservação da estabilidade da economia, deverão ser criadas e aperfeiçoadas medidas voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

No tocante ao financiamento dos serviços públicos, convive-se com um conjunto de regras que impõe obstáculos à produção, sobrecarrega a carga fiscal e cria entraves à harmonia necessária ao federalismo. Por isso, deve-se implementar um conjunto de medidas que estimulem a formalização e permitam o desenvolvimento mais equilibrado. No mesmo sentido, é preciso modernizar o sistema tributário à luz da simplificação, racionalidade e equidade, utilizando-se da tecnologia da informação para atingir maior eficiência em respeito ao contribuinte.

As ações relativas ao equilíbrio fiscal das contas públicas devem efetivar-se, também, por meio da administração eficiente da dívida pública federal e da otimização da arrecadação das receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União. Tais medidas alimentam os fundamentos macroeconômicos para a continuidade das políticas de inclusão social e defesa da economia nacional.

Quanto à regulação do setor empresarial, o Governo identificará e punirá eventuais condutas dos agentes econômicos, tendência ou perspectiva, que possa afetar o

funcionamento adequado da economia. A política de defesa da concorrência será implementada a fim de manter as condições que assegurem o maior grau possível de competição nos diversos mercados.

O desenvolvimento econômico depende, também, da solidez do sistema financeiro nacional. O alongamento da dívida interna diminuirá os custos de captações soberanas lançadas no mercado internacional, em divisas estrangeiras e em moeda nacional. Esse ambiente de formação de poupança privada de longo prazo, juntamente com o crescente aumento da segurança no mercado financeiro, deve ser garantido por um mercado financeiro seguro, regulado e fiscalizado. No mesmo sentido, o sistema financeiro deve favorecer a poupança popular por meio dos planos de previdência complementar aberta e dos títulos de capitalização e, assim, contribuir para ampliar o investimento de longo prazo.

Os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta colaboram com o desenvolvimento econômico do país, desonerando o Estado e promovendo progressos sociais. Para garantir o seu funcionamento adequado e viabilizar o desenvolvimento, esses mercados requerem uma regulamentação clara e eficaz, bem como ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

O mercado de valores mobiliários, por sua vez, exige de seus protagonistas padrões de conduta rigorosos, que devem ser fiscalizados pelo Estado. O desenvolvimento desse mercado requer uma regulação clara e eficaz e, ainda, ações contínuas de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia.

Além disso, a falta de acesso de parcela significativa dos cidadãos aos serviços e produtos disponibilizados pelo sistema financeiro nacional constitui-se em limite à melhoria de vida das pessoas. A fim de promover a cidadania e a inclusão social, é fundamental viabilizar a universalização do acesso a esses produtos e serviços, em especial abertura de contas e concessão de crédito, por meio das instituições financeiras oficiais.

## INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A América do Sul é o espaço geográfico para o qual a política externa brasileira volta-se de maneira prioritária. A integração dos 12 países sul-americanos é vetor fundamental para consolidar as boas relações com nossos vizinhos continentais. Em uma região marcada por profundas desigualdades, a conquista dos níveis almejados de desenvolvimento requer a permanente construção de um espaço sul-americano integrado. O esforço de integração, traduzido, principalmente, na UNASUL e no Mercosul, além de outras iniciativas multilaterais

e bilaterais, como o Banco do Sul e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, constitui requisito estratégico para a inserção bem-sucedida de nossa economia e sociedade em um ambiente internacional crescentemente competitivo, globalizado e, por vezes, contrário aos interesses legítimos de nossos povos.

A relevância da América do Sul para o Brasil comprova-se em diversas vertentes, dentre as quais se destaca o intercâmbio comercial. A região é, hoje, um dos principais destinos de nossas exportações de maior valor agregado: do total de vendas em 2010 para os parceiros sul-americanos, 84% corresponderam a bens manufaturados. A corrente de comércio do País com os vizinhos triplicou entre 2002 e 2010, e alcança hoje 16% de nossas trocas comerciais, gerando grandes superávits: mais de US\$ 11 bilhões, em 2010, que representaram, aproximadamente, 56% do saldo comercial total do País.

Para os países sul-americanos, o Brasil é também um mercado importante. Participamos das duas maiores correntes comerciais bilaterais da região: Brasil–Argentina e Brasil–Chile. Somos o maior exportador e também o maior importador de bens originários da região. Seguimos sendo, por exemplo, o principal destino das exportações argentinas (21,3% do total), uruguaias (21,5%) e bolivianas (44,1%).

O processo de integração sul-americana tem, entre os seus principais desafios, a superação das deficiências de interligação da infraestrutura, as quais se fazem sentir de maneira mais notável na parte setentrional da região, onde o processo de ocupação territorial é mais recente. Os altos investimentos demandados pelos projetos de infraestrutura serão vitais para o desenvolvimento socioeconômico dos países. A criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), da UNASUL, vem justamente atender à necessidade de coordenar os esforços nessa área estratégica da integração física.

Em paralelo, é fundamental ter presente a vulnerabilidade das populações fronteiriças, para as quais se devem implementar políticas especiais, destinadas à melhoria das condições de vida das pessoas estabelecidas na Faixa de Fronteira.

Outro desafio que sobressai nesse processo integracional é o fortalecimento da institucionalidade da UNASUL, organismo em vigor desde março de 2011 e composto de oito Conselhos Setoriais, voltados para áreas de interesse comum como combate às drogas; economia e finanças; infraestrutura; energia; saúde; desenvolvimento social; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; e defesa. É prioritário, nessa fase, dotar a UNASUL com instrumentos adequados para concretizar os projetos, programas e iniciativas dos 12 países.

No que diz respeito ao Mercosul, trata-se, atualmente, de um exercício de integração regional profundo, de grande complexidade. O bloco é multifacetado, formado por países em desenvolvimento que, apesar das assimetrias, compartilham desafios semelhantes. Têm avançado, simultaneamente, em seus pilares econômico-comercial, social e cidadão.

No pilar econômico-comercial, destacam-se os expressivos resultados do comércio intrabloco que refletem os níveis recordes de 2010, que atingiram US\$ 45 bilhões. Adicionalmente, foram aprovadas decisões importantes, que pautarão a agenda comercial do bloco nos próximos 10 anos, como o Código Aduaneiro, a definição de um cronograma para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, o Acordo sobre Defesa da Concorrência do Mercosul e o Programa de Consolidação da União Aduaneira.

Para a redução das assimetrias entre os Estados-Partes, aspecto fundamental para o fortalecimento do processo de integração, conta-se com o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Até 2010, foram aprovados 36 projetos, que representam investimentos superiores a US\$ 1 bilhão, para o financiamento em áreas como infraestrutura, energia, habitação, transporte, integração produtiva, capacitação tecnológica, educação e apoio a pequenas e médias empresas, entre outras.

No pilar social, a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas) definiu metas regionais de desenvolvimento social mais ambiciosas do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No pilar da cidadania, no marco dos esforços para ampliar e consolidar os direitos e garantias fundamentais para os cidadãos do bloco, foi aprovado o Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul. Reveste-se de grande relevância para o pilar cidadão, ademais, a aprovação do critério de representação cidadã para a conformação definitiva do número de assentos do Parlamento do Mercado. Essa decisão abriu caminho para a realização de eleições diretas de parlamentares do bloco. Cabe sublinhar, ainda, a criação, na estrutura institucional do Bloco, do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul.

Impulsionada por uma ampla agenda de política externa, a integração sul-americana consolida-se como fundamento do desenvolvimento econômico e social sustentável, promovido de forma equilibrada e com benefícios perceptíveis às populações do continente.

## **POLÍTICA EXTERNA**

O Brasil está assumindo responsabilidades ampliadas no plano internacional, pois logrou conciliar no plano interno o amadurecimento democrático com progresso social e econômico. Entre os polos da nova geopolítica deste século, o Brasil, com sua tradição de paz e tolerância, posiciona-se como ator com características privilegiadas para a promoção de modelos mais inclusivos de desenvolvimento e para o fortalecimento da cooperação entre as nações.

A política externa será elemento constitutivo de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social que ajude a superar as vulnerabilidades do País e contribua para reduzir as desigualdades nos planos nacional e internacional.

Além da integração da América do Sul e sua consolidação como um espaço de crescente paz e prosperidade, o Brasil pretende desenvolver uma diplomacia latino-americana e caribenha em sentido mais amplo, consolidando o processo que teve origem na Cúpula América Latina e Caribe, realizada na Costa do Sauípe, em 2008.

A prioridade atribuída à integração regional não diminuirá a atenção à participação nos núcleos dinâmicos da economia internacional, para que sejam aproveitadas nossas vantagens comparativas tradicionais em recursos naturais e no setor do agronegócio e também diversificar a economia, conferindo-lhe crescente competitividade, mediante parcerias em ciência, tecnologia e inovação e investimentos centrados nos recursos humanos. O Brasil privilegiará contatos com os principais polos da ordem multipolar em gestação, aliando agendas bilaterais substantivas a uma visão cooperativa da multipolaridade.

O Brasil fará avançar reformas na governança global que reflitam as realidades geopolíticas do século XXI, sem reproduzir as assimetrias do passado, dando destaque aos temas relacionados à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não proliferação nuclear. No domínio econômico, será intensificada nossa participação nos principais organismos multilaterais, tais como a OMC, o FMI, o Banco Mundial, entre outros, bem como na gestão dos novos mecanismos de governança econômico-financeira mundiais, como o G-20. Para a expansão do comércio exterior brasileiro, trabalhará, em conjunto com os parceiros do Mercosul, na negociação de acordos comerciais do Bloco com terceiros países e regiões.

Nossa capacitação em termos de prestação de cooperação técnica, de assistência na adoção de políticas públicas bem-sucedidas ou de ajuda humanitária – não obstante os avanços consideráveis dos últimos anos – precisará modernizar-se para atender à demanda já existente, dada a nossa importância crescente no cenário político internacional.

As comunidades brasileiras no exterior representam, atualmente, vertente importante da política externa brasileira. A necessidade de prestar atendimento expedito e de qualidade a um universo de mais de 3 milhões de brasileiros residentes fora do País demanda constantes esforços de modernização.

Entre as metas previstas no Programa, destacam-se as seguintes:

- organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20);
- reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros;

- expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior;
- expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países;
- aumentar em 20% os instrumentos de cooperação técnica internacional com países em desenvolvimento;
- expandir de 70 para 120 as operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres, realizadas anualmente pelo Brasil.

## MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira Brasileira são estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, dada a maritimidade do País, suas rotas de navegação, assim como os recursos vivos e não vivos presentes nas águas marítimas de interesse nacional. Entretanto, o conhecimento científico disponível sobre o Oceano e da Zona Costeira ainda é insuficiente para a sua preservação e utilização sustentável.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) garante o direito de o Brasil se estabelecer ao redor das ilhas oceânicas, Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Por conseguinte, o arquipélago de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e as Ilhas de Martin Vaz e Trindade, assumem importância estratégica, além de valor científico-ambiental. Nesse contexto, por outro dispositivo da CNUDM, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo também é considerado como território brasileiro, desde que permanentemente habitado, o que levou o Brasil a instalar uma estação científica ali.

Por outro lado, é imprescindível a preservação e a vigilância do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, conhecida como “Amazônia Azul”, para assegurar a integridade do Patrimônio Nacional.

A fim de orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar, foi instituída a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM, Decreto nº 5377/2005).

A PNRM desdobra-se em Planos: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), que se associa a uma meta para 2015, de delimitar a Plataforma Continental Brasileira, ampliando-a para além das 200 milhas da costa, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos; e o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM).

No PSRM, o conhecimento sobre a interação entre os oceanos e a atmosfera, essencial para o aprimoramento da previsão do tempo, do clima e de eventos extremos, são prioridade, pois os processos de regulação do clima e dos ciclos hidrológicos dependem da capacidade dos oceanos de armazenar calor e absorver gás carbônico. O Monitoramento Oceanográfico e Climático visa tornar mais confiáveis as previsões meteorológicas e melhorar a capacidade de observação, previsão e alerta desses eventos.

Os oceanos são repositórios de ampla gama de recursos naturais, vivos (algas e animais marinhos) e não vivos (incluindo petróleo, gás, sedimentos carbonáticos, pláceres, fosforitas, evaporitos e enxofre associados, carvão, hidratos de gás, sulfetos polimetálicos, nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas). É necessário desenvolver o conhecimento e o uso sustentável desses recursos, identificando e avaliando sua potencialidade econômica e político-estratégica para o Brasil.

Outra vertente do programa refere-se ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), também decorrente da PNRM, e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que tem como propósito orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, além da defesa e utilização sustentável de todos os ecossistemas desse patrimônio marítimo nacional.

A Zona Costeira Brasileira tem quase 9.000 km de extensão, onde vivem 75% da população brasileira, concentrando 73% do PIB nacional, e é considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal. A atenção do Governo Brasileiro ao uso sustentável dos recursos costeiros se expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando ao ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos. Nesse sentido, uma meta do Programa é capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros na metodologia do Projeto Orla.

Este programa também compreende a Política Nacional de Assuntos Antárticos (Polantar), a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo País, desde 1975, no âmbito do Tratado da Antártida, de contribuir para o conhecimento científico daquela região e de preservar o meio ambiente antártico.

A condição do Brasil de país atlântico e próximo da Região Antártida e as influências dos fenômenos naturais que lá ocorrem sobre nosso território justificam plenamente o histórico interesse brasileiro sobre o Continente Antártico. Essas circunstâncias, entre outras, foram determinantes para que o País aderisse ao Tratado da Antártida e desse início ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) em 1982. Suas atividades são apoiadas em três vertentes: a científica, a ambiental, e a logística. Além disso, cabe ressaltar a existência de uma estação científica brasileira na Península Antártida, imprescindível para o desenvolvimento das pesquisas científicas e a presença nacional naquele continente.

Assim, este programa consolida a posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca de mudanças climáticas e do uso sustentável dos recursos do mar, com inovações

tecnológicas propiciadoras de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio para a realização das pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente.

## **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**

A Política de Defesa Nacional é um tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, que tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal. Vai ao encontro das orientações governamentais e da política externa do País, na qual se fundamenta pela busca de solução pacífica para as controvérsias e pelo fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

A defesa de um país consiste, basicamente, no conjunto das capacidades organizadas, com o objetivo de garantir a segurança do patrimônio natural e social, a dissuasão por meio da capacidade de combate e os compromissos internacionais, que culminam com a manutenção da soberania do estado nacional. Dessa forma, é realizada pela atuação conjunta dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pelas Defesas Marítima, Terrestre e Aeroespacial, sob a coordenação do Ministério da Defesa, que articula o emprego das Forças Armadas brasileiras.

O Brasil tem demonstrado, de forma consistente e clara, sua determinação em viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do direito internacional e em respeito aos compromissos assumidos. Para tanto, o País deve estar preparado para lançar mão de meios dissuasórios, capazes de manter a segurança e a soberania nacionais.

A soberania de uma nação depende diretamente de sua expressão militar. Nesse sentido, as Forças Armadas brasileiras têm por missão constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e manter a lei e a ordem. Para tanto, há que se desenvolver as capacidades necessárias para que o País possa fazer valer suas decisões, respaldar a política externa e atuar de maneira afirmativa em suas áreas de interesse estratégico.

A Estratégia Nacional de Defesa, publicada em dezembro de 2008, constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso País. A partir da estratégia, o Governo Federal tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizarão a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional, o que faz recair sobre as Forças Armadas renovadas atribuições, principalmente no sentido de apresentar planejamentos com capacidade de respaldar e motivar decisões políticas e econômicas por parte do Governo Federal.

Neste contexto, a Marinha do Brasil (MB) atua na defesa das águas interiores - rios, lagos e canais -, e em todo o mar, de forma a garantir a soberania nacional. A Lei Complementar

nº 97, de 1999, estabeleceu atribuições subsidiárias de competência da Marinha, as quais estão relacionadas: à garantia da segurança da navegação; à fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos; à repressão dos delitos de repercussão nacional e internacional e à prevenção e repressão da poluição ambiental. Para que a Marinha do Brasil possa exercer, de forma mais eficiente, a defesa e a fiscalização dos 40.000 km de hidrovias, além de 8.500 km de litoral e dos 4.500 km<sup>2</sup> da nossa Amazônia Azul, é necessário que o País tenha uma força marítima moderna, equilibrada e balanceada, que disponha de meios navais, aeronavais adequados e de recursos humanos qualificados.

Entre as metas do PPA 2012-2015 para esse segmento, destaca-se a conclusão do projeto do primeiro submarino de propulsão nuclear (SNBR-1).

Cabe ao Exército Brasileiro (EB) a defesa do País em operações eminentemente terrestres e, no plano interno, a garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais. Para viabilizar essa missão, o EB instituiu a Estratégia Braço Forte, como planejamento decorrente da Estratégia Nacional de Defesa. Em relação ao território nacional, o EB irá prosseguir com a estratégia da presença, por se tratar de vetor fundamental de apoio ao estado na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Como meta, destaca-se a estruturação de 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

A vertente Poder Militar Aeroespacial é uma das mais relevantes contemporaneamente: compreende a Força Aérea, suas bases e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios conferidos pelos poderes naval e militar terrestre e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do Poder Militar Aeroespacial e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade militar aeroespacial.

O planejamento da defesa aeroespacial inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima, bem como por meio do espaço aéreo. Para esse segmento, destaca-se a meta de desenvolvimento de oito cargueiros táticos militares.

Em termos de efetivos, o País conta com aproximadamente 321 mil militares nas três Forças para uma população de 190 milhões de habitantes e território de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>. Isso representa 1,7 militares por 1.000 habitantes e 38 militares para 1.000 km<sup>2</sup>. Para participar de forma mais ativa no contexto mundial, o Brasil necessita ampliar essa relação. A título de comparação, a França tem 3,8 militares por 1.000 habitantes e 454 militares por 1.000 km<sup>2</sup>.

Historicamente, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, sem prejuízo das suas missões constitucionais, quando convocados, também executam missões de caráter cívico-social em apoio às ações do Governo Federal, sobretudo aquelas em apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e necessidades humanitárias. Nessa dimensão, o Programa Política de Defesa Nacional tem por principais metas a participação de 9.500 rondonistas nas operações do Projeto “Rondon” e a participação de 80.000 crianças no Projeto “Forças no Esporte”.

Entre as demais metas, merecem destaque o fortalecimento da posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de defesa, a aquisição de 45 aeronaves para a Força Aérea, a construção de 8 Navios-Patrolha Oceânicos de 500 toneladas, a adequação de 30 Pelotões Especiais de Fronteira, a implantação do Centro de Defesa Cibernética e a profissionalização de 100.000 jovens pelo projeto Soldado Cidadão, a implantação de 80% do Centro de Operações Conjuntas e a realização de 17 operações de adestramento conjunto.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil tem um território continental caracterizado por grande diversidade ambiental, social e econômica. Neste ambiente tão diverso, o Estado tem papel fundamental no apoio às nossas potencialidades, para dinamizar as economias em seus territórios e afirmar as identidades regionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – institucionalizada em 2007 – tem como objetivo a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. A PNDR se norteia pelas seguintes estratégias: estimular o desenvolvimento regional em múltiplas escalas e articular ações que promovam melhor distribuição da atuação pública e dos investimentos no território nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

No período recente, surgiram centenas de novas aglomerações produtivas nas mais distintas regiões de nosso país, consolidando novo modelo de atuação dos agentes públicos e privados na promoção do desenvolvimento por meio de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Há esforços para a consolidação dos avanços e a busca de um novo paradigma de ação. A premissa desta dinâmica está na convergência da PNDR com a Política Nacional de Desenvolvimento Competitivo (PDC) e, ainda, com a Política Nacional para APLs (PAPL), com base na capacidade local de gestão, entre instituições públicas e empresas. Para isso, entre as metas do PPA 2012-2015 está elaborar 19 planos de desenvolvimento regional, desenvolver redes regionais de inovação, desenvolver projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais e gerar 97.000 postos de trabalho nos APLs apoiados.

O que se pretende é uma ampliação da estratégia de ação regional/territorial do governo federal, que nos últimos anos ganhou fôlego e consistência para a ampliação das opções de geração de emprego e renda, tendo o território como protagonista do processo de desenvolvimento e respeitando-se as potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais. Neste sentido, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem sido percebido por vários setores dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil como o principal instrumento de planejamento ambiental territorial em implementação.

É preciso enfatizar também que é no âmbito territorial que se tornam possíveis ações sistemáticas de identificação, mobilização, organização, capacitação e articulação institucional, para que se alcance maior inclusão produtiva. Os instrumentos de desenvolvimento territorial possuem enorme potencial para se conseguir o direcionamento de recursos para populações que possuem menor capacidade de representação política, pois os colegiados territoriais ampliam a força das reivindicações locais.

Outra alternativa com recorte local está no Programa Territórios da Cidadania (PTC), empreendido a partir de 2008, que busca superar a pobreza no meio rural por meio da adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável assentada na abordagem territorial. O diagnóstico que subsidiou a construção do PTC indicava que havia baixo acesso a serviços básicos, estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitassem autonomia econômica de médio prazo para os trabalhadores rurais. Para lidar com este quadro, o Governo Federal mobilizou 22 ministérios e órgãos da administração federal.

A Política Territorial da Pesca e Aquicultura, a partir de 2009, iniciou um processo de apoio a gestão social em 51 territórios; destes, 30 são Territórios da Cidadania e 8 Rurais de Identidade. Aplicando o conceito de identidade, caracterizou novos territórios em que há a presença de pesca e aquicultura alinhado aos conceitos e metodologia dos Programas Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Nestes, vivem mais de 50% dos cerca de 900.000 pescadores registrados no Brasil. Com essa política espera-se trazer para a agenda territorial os pescadores artesanais e aquicultores, consolidando na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural o tema da ruralidade das águas.

Diversas pesquisas desenvolvidas acerca do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e seus resultados revelam a capacidade de participação social dos atores no processo da gestão de políticas públicas, incluindo as negociações que as instituem e também as suas implementações. Entre as metas do PPA 2012-2015, merecem destaque: atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural; criar e implementar marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural; e reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados.

No final do Século XX, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e da precarização do trabalho, surgiram, em diferentes pontos do território brasileiro, novas

formas de organização de atividades econômicas com base na cooperação ativa entre trabalhadores em empreendimentos de sua propriedade coletiva ou entre produtores familiares ou individuais autônomos associados. São os Empreendimentos de Economia Solidária. Apresentam-se sob as formas de cooperativas populares, empresas recuperadas pelos ex-empregados de empresas falidas, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar e agroecologia, coleta de resíduos sólidos, inclusive de óleo de cozinha, organizações de finanças solidárias e de comércio justo e solidário.

Entre as metas do PPA 2012-2015 para esse segmento temos: certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário; criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização; incluir 200 comunidades nas finanças solidárias; promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária e promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.





Ministério do  
Planejamento

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA